

A NECESSIDADE DA PRIVAÇÃO NA *FÍSICA* DE ARISTÓTELES

Patrícia Mara Rodrigues Silva*

Resumo: O presente artigo desenvolve o problema da *privação* na *Física* de Aristóteles, tomando como ponto de partida o capítulo 10 do Livro VIII, em que o Estagirita demonstra que o primeiro movente de tudo que se move é *imóvel, indivisível e ilimitado*. Pretendemos trabalhar a hipótese de que a *privação* é necessária para a física ao esclarecer quais as implicações disso para essa teoria, inclusive, para a *Metafísica*. Em um primeiro tópico o leitor encontrará a definição dos dois conceitos-chaves para nosso trabalho, são eles a *necessidade [ananke]* e a *privação [stéresis]*, para que no segundo tópico seja esclarecido o porquê de uma possível necessidade da *privação*. Veremos como Aristóteles, na *Física*, considera uma eternidade tanto da *forma*, quanto da *matéria* e do movimento, e, conseqüentemente, um caráter essencial e necessário para a natureza, que nos levará à conclusão de que para se falar daquilo que não é um ente natural (a pura forma), a *privação* se fará necessária.

Palavras-chave: Aristóteles; Física; Metafísica; necessidade; *privação*.

Abstract: The aim of this article is to clarify the problem of *privation* in Aristotle's *Physics*, taking chapter 10 of Book VIII as a starting point, in which the Stagirite demonstrates that the first mover of everything that moves is *immobile, indivisible and unlimited*. We intend to work on the hypothesis that *privation* is necessary for the Physics by clarifying the entail of this statement for the Stagirite's theory, including for the *Metaphysics*. At the first topic, two key concepts for our work, *necessity [ananke]* and *privation [stéresis]*, will be defined, so that at the second topic, the reason for a possible necessity of *privation* can be clarified. It will be shown how Aristotle, in *Physics*, considers an eternity of form and matter, and, consequently, an essential and necessary character for nature, which will lead us to the conclusion that, when speaking of what is not a natural being (the pure form), the *privation* is necessary.

Keywords: Aristotle; Physics; Metaphysics; necessity; *privation*.

Introdução

Por que a *privação* é necessária à natureza e, portanto, à filosofia da natureza de Aristóteles? Essa pergunta pôde ser desenvolvida a partir da conclusão articulada no capítulo 10 do Livro VIII da *Física*, de que o primeiro movente de tudo que se move é

* Professora auxiliar da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Pesquisadora na área de Ontologia, Fenomenologia e Filosofia da Religião. Mestre em Filosofia pela FAJE. Possui Especialização em Arte e Contemporaneidade e Bacharelado em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

imóvel, indivisível e ilimitado. Analisaremos, portanto, neste artigo, através de quais argumentos Aristóteles defenderia uma necessidade da *privação* na *Física*¹.

1. A Linguagem e a Física

Para o bom prosseguimento de nossa pesquisa é mister destacar a relação existente entre a análise da linguagem, em Aristóteles, e a sua filosofia natural, visto que a linguagem para o filósofo é um meio de inteligibilidade sobre a realidade. Pode-se dizer que em toda sua filosofia, através de uma teoria da significação, realiza-se uma semântica ontológica em que a linguagem se torna um instrumento para a descrição da realidade. Isso é possível ao se considerar a relação existente entre a *necessidade* [*ananke*] e a *essência* [*ousía*], e ainda, a importância da diferença entre o que é necessário e o que é *por acidente* [*symbebekeni*] para o *princípio da não contradição* no discurso.

Bem como na *Física* como na *Metafísica*, seguir-se-á o princípio da não contradição. É assim que, para Aristóteles, aquilo que acontece na natureza pode ser descrito pelo discurso sobre a natureza. O que nos levará à compreensão de que, para que as relações predicativas tenham sentido e seus sujeitos sejam determinados, são necessárias *definições essenciais*, pois só podemos falar sobre a natureza porque há aquilo que é *necessário* a ela: a *essência*.

Não significa que se deve, ou ainda, que se é possível fixar todas as definições utilizadas nos textos do autor, mas sim, que é imprescindível considerar a importância de entender algumas ideias essenciais e particulares de sua filosofia, que demandam um certo rigor de definição. Por isso, para o cumprimento de nosso objetivo, procuraremos definir o que o autor chama de *necessidade*, em seguida, o que é para ele a *privação*, para enfim articular o porquê da necessidade da *privação*.

¹ Utilizamos a edição americana da Hackett Publishing Company: *Physics*. Traduzida por C. D. C. Reeve e publicada em 2018.

1.1. A necessidade [anake]

Precisamente no capítulo IV do Livro VIII da *Física*, na análise das diferentes formas de *movimento*, entende-se que o que é movido *por acidente* pode ser assim chamado por lhe ser atribuído uma espécie de movimento que poderia *não* acontecer. Por exemplo, uma pedra pode ser movimentada por um homem, ou não. O *movimento* da pedra é, portanto, *acidental*. Contudo, para seu argumento em defesa da eternidade do movimento, o Estagirita destaca o equívoco das teorias que consideram todo movimento na natureza como acidental, não havendo, assim, nenhum movimento necessário. Seu argumento contra essa forma de teoria é claro, pois, se todo movimento exercido sobre um movente fosse de caráter acidental, seria “possível que em algum momento nenhum ser esteja em movimento”² (ARISTÓTELES, *Física*, 256b), mas isso não acontece. Por isso é preciso provar que existe, na natureza, tanto o movimento acidental, quanto o movimento por *necessidade*. É assim que Aristóteles defende, na física, que sempre houve e sempre haverá movimento na natureza. O que não coincide com a teoria de que tudo está sempre em movimento, concepção fortemente combatida em toda a obra, como explica Fernando Puente (2010, p. 506): “visto que a própria definição de entes naturais oferecida no livro II é a daqueles entes que têm em si mesmos e por si mesmos a capacidade de movimento e repouso”.

Ainda para falar da *necessidade*, embora na *Metafísica* (IV, 1007a 20), Aristóteles se opõe às teorias que negam o *princípio da não contradição* ao recusarem a *necessidade* da *essência [ousia]*. Como ele faz isso? Observe que negar aquilo que é essencial é o mesmo que dizer que tudo ocorre *por acidente*. Por exemplo, quando se diz, *o homem é branco*, atribui-se ao homem, uma predicação acidental, mas ao dizer, *o homem é um animal*, predica-se algo necessário, pois é correto dizer, por exemplo, que *todo homem branco é um animal*, mas não que *todo homem é um animal branco*. É preciso, portanto, estabelecer duas formas de predicacões, aquelas necessárias e aquelas acidentais.

A partir desses argumentos, tanto da *Física* quanto da *Metafísica*, vemos o esforço do filósofo em defender a existência do caráter de *necessidade*. Ou seja, podemos deduzir que deva haver, na natureza e no discurso, um modo de ser que não possa *não ser*, logo,

² Tradução própria. Texto original do inglês: [it is possible that at some time no being is in movement.]

que seja *necessário*, pois no âmbito da *Metafísica*, ao se negar a necessidade da *essência*, consequentemente, nega-se também a possibilidade de um discurso racional e condizente com a realidade. E o mesmo acontece na *Física*, ao se negar a forma de movimento necessária, pois nega-la implicaria negar a essência da natureza, e assim, a eternidade do movimento.

Para auxiliar esta análise, utilizaremos o artigo “Introdução às noções de essência, necessidade e predicação em Aristóteles” de Thiago Silva Freitas Oliveira, publicado na revista *Argumentos*, em 2018. Dado que a linguagem é um instrumento de acesso à realidade, e a essência é entendida como uma determinação necessária de um ser, e também como aquilo que ele é, “uma predicação essencial, que expressa uma característica essencial de seu sujeito e, portanto, definidora deste, será sempre necessária” (OLIVEIRA, 2018, p. 52). É deste modo que identificamos o fundamento da distinção entre essência e acidente, não só pelo caráter lógico, mas principalmente ontológico. Logo, a diferença entre o *essencial* e o *acidental* se demonstra imprescindível tanto para a *Física* quanto para a *Metafísica*.

Contudo, é importante ressaltar que não se coincidem a *essência* com a *necessidade*, e mesmo havendo uma relação estreita entre essas ideias, pois “todo predicado essencial é necessário a seu sujeito”, não se segue que “todo predicado que possui uma relação de necessidade com seu sujeito possa ser tomado como essencial” (OLIVEIRA, 2018, p. 60). Na *Física* isso fica claro quando se demonstra que nem todo movimento necessário é um movimento *por natureza*³, pois algo pode se mover necessariamente contra sua natureza, por exemplo, algo que é quente por natureza, ao entrar em contato com algo frio, necessariamente se resfriará, como acontece com nosso corpo em contato com o vento ou a água gelada.

Conclui-se, portanto, que mesmo igualmente considerado contrário ao que se é *por acidente*, a definição de *necessário* não é coincidente a definição de *essencial*. Ou seja, enquanto a *essência* é aquilo que algo é, pois, é algo próprio da substância, o *necessário* é o caráter daquilo que não pode não ser. Portanto, apesar de a essência ser algo necessário, a necessidade não pode ser pensada, sempre, em algo essencial. Daí se segue que, o que é *por necessidade* ou *por acidente* é dito a respeito de algo (no caso da lógica),

³ Cf. *Física* LIVRO VIII, Cap. 4.

ou está em algo (no caso do movimento da natureza). Deste modo, o Estagirita precisa “afirmar a necessidade de um subjacente primeiro do qual as predicções são feitas, do contrário prosseguir-se-ia ao infinito” (OLIVEIRA, 2018, p. 61). Isto é, deve existir “algo” essencial, um ente primeiro e eterno, para que se possa haver tanto predicativo no discurso quanto movimento na natureza.

Poderíamos relacionar essa tese ao problema que fez o filósofo identificar um *primeiro movente imóvel* como causa de tudo que se move, no Livro VIII da *Física*? Esta questão será esclarecida no segundo tópico do texto. Antes, tentaremos esclarecer de forma introdutória, no próximo tópico, o que o autor deseja explicitar por meio da ideia de *privação*.

1.2. A privação [stéresis]

No livro V (Delta) da *Metafísica*, Aristóteles define *privação* da seguinte maneira:

Fala-se de privação, de um modo, quando a coisa não tem algo que naturalmente se tem, mesmo quando a coisa em questão não for naturalmente apta a tê-lo; por exemplo, se diz que uma planta é privada de olhos. De outro modo, fala-se de privação quando a coisa não tem certo item, mas ela mesma (ou seu gênero) é naturalmente apta a tê-lo; por exemplo: um ser humano cego e uma toupeira são privados de visão, mas de modos distintos (o primeiro, por si mesmo, a segunda, pelo gênero) (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1022b22).

A *privação* é um *não ser* como ausência em oposição à posse. Ou seja, há privação sempre de uma *posse* [hexis]. É correto dizer, portanto, que *privação* é a negação que ocorre, sempre, em um subjacente, pois, para haver uma posse, é preciso que haja um sujeito que possui, e conseqüentemente, para haver a ausência de posse, é preciso haver, antes, um sujeito que teria aquela posse, mas não tem. A partir do exemplo do *olho cego* apresentado pelo Estagirita no texto mencionado, pode-se dizer que há, nesse olho, privação de visão. Neste caso, o olho é o subjacente e a cegueira é a privação, isso porque a *função* [érgon] do olho não está sendo cumprida. A *privação*, portanto, é uma negação instanciada, isto é, ela se dá sempre em algo.

E ainda, se entendermos que a *privação*, para Aristóteles, está sempre em relação ou em um ser, ela não pode ser pensada como o nada ou o vazio, pois, apesar de ser definida

como um *não ser*, ela não faz oposição a um ser absoluto, dado que o *não ser* absoluto, o vazio, em sua própria definição, é aquilo que não é. Ou seja, ela é a enunciação de um *certo não ser*. Por isso não é errado dizer que há *privação*, pois, além de ser ausência de algo definido, ela é uma forma positiva de se dizer o negativo. Contudo, deve-se ter cuidado para não pensá-la como *matéria*, ela não pode ser matéria, a privação está na matéria.

O termo *privação* parece indicar, ainda, que ele se aplica “sob a pressuposição de que X seja o tipo de coisa que deveria ter Y (ou que X seja uma espécie de um gênero de coisas que naturalmente deveria ter Y)” (ANGIONI, 2018, p. 322). Lucas Angioni (2018) nos demonstra que, pela própria natureza da *privação*, se pressupõe implicitamente uma natureza subjacente em que se aplica a privação.

Portanto, o que Aristóteles quer dizer em 1004^a12-16 é que, na privação – por exemplo, ao se afirmar que X é privado de visão – se pressupõe que algo a mais que a mera negação: se pressupõe que o sujeito X é de um tipo específico ou pertence a um domínio específico, qual seja o domínio das coisas que são naturalmente aptas a ter visão (ANGIONI, 2018, p. 323).

O *alpha* privativo, que na língua portuguesa pode ser encontrado pelo prefixo “in”, como em “imóvel”, “indivisível”, e “ilimitado” é um dos modos de se dizer a privação e a negação. Porém, a noção de privação não é a simples negação, ela carrega uma pressuposição, que Angioni nos aponta em seu artigo pela passagem da *Metafísica*:

[...] ou dizemos sem mais que tal e tal coisa não é o caso, ou que não é o caso em algum gênero; neste caso, essa diferença encontra-se em acréscimo àquilo que consta na negação – é que a negação é ausência daquilo, mas na privação, sucede haver também uma natureza subjacente a respeito da qual se afirma a privação (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1004a12-16).

Então, a palavra *imóvel* quando aplicada ao movente de tudo que se move, designa uma privação ou uma mera negação? Essa não é uma resposta fácil, mas pode ser resolvida da seguinte maneira: o *movente imóvel*, apesar de não prescindir de ter movimento, pode ser considerado um movente privado de movimento porque existem, entre o gênero de moventes, moventes naturalmente móveis, o que faz com que o caráter de ser *movente* possua também a aptidão de ser móvel. Logo, na *Física*, existiria uma pressuposição de que *moventes* sejam móveis (como no caso dos moventes naturais aos quais estamos em constante contato), mesmo que neste caso específico, de um ente não natural (o primeiro movente de tudo que se move), não seja.

Portanto, é razoável considerar o caráter *imóvel* do primeiro movente imóvel como um termo privativo, assim como os termos *indivisível* e *ilimitado* também mencionados no Livro VIII da *Física*, visto que existem outras categorias de seres que são do gênero *movente*, porém, são naturalmente, *móveis, divisíveis e limitados*.

Em suma, para o Estagirita, a privação é um certo *não ser*, sempre no sentido relativo e nunca absoluto. Mais ainda, a privação é a ausência de algo que se pressupõe em algo. Como não é um mero “ente de razão”, é uma forma de *não ser* que se pode dizer ser possível na natureza e por sua vez, o único *não ser* importante para sua filosofia natural.

Nas próximas páginas, durante o esclarecimento do nosso problema, dar-se-á prosseguimento a reflexão sobre a *privação* ao se analisar o que define o primeiro movente de tudo que se move como *necessariamente imóvel*.

2. Por que a privação é necessária para a Física?

As *essências* são necessárias aos subjacentes porque são aquilo que o ser é. Mas a nossa pergunta é se a *privação* também é necessária? E se sim, porque ela é necessária?

Vimos que o necessário é aquilo que não pode não ser, e a *privação* é a enunciação de um certo *não ser*. Mas o que queremos articular, a seguir, é o porquê de um certo *não-ser*, não poder não ser. Em outras palavras, queremos entender o porquê da necessidade da privação. O que faremos, portanto, é demonstrar os argumentos de Aristóteles que sustentam a necessidade da imobilidade na sua filosofia natural, pois há privação de movimento nas essências, e justamente por isso poderá haver tanto movimento na natureza quanto - para além da física - predicativos no discurso.

Contudo, se pensarmos o movimento como essência da natureza, como faz Fernando Puente em seu artigo “Por que o movimento é a essência da natureza?” (2010), não seria estranho dizer que há privação de movimento no movimento? De fato, isso nos parece contraditório, porém, se analisarmos como o autor pensa o movimento, veremos que não se considera, nesta filosofia, o *movimento* como algo que se dá de forma isolada, o que nos levará, neste tópico, à solução do problema apresentado. Puente esclarece:

Todo movimento ocorre no tempo e poderá ser quantificado pelo tempo, bem como ocorre porque há um movente e um movido, ou seja, um algo que atua e um outro algo que sofre e que recebe a ação daquele primeiro (o movimento, portanto, ocorre sempre entre o par relativo movente-movido) (PUENTE, 2010, p. 511).

Deve-se considerar, destarte, a importância da concepção geral desses relativos. No artigo citado acima é apontado que a relação do *movente* com o *móvel* é fundamental para Aristóteles por dois motivos, [1] “porque a forma precisa ser transmitida pelo contato do que move com o movido” e [2] “porque como a série tem de ser finita a fim de ser cognoscível, é necessário postular a existência de um primeiro movente imóvel” (PUENTE 2010, p.516). Portanto, em todo movimento deve haver, necessariamente, um primeiro termo imóvel, que é a causa de todo movimento da natureza.

2.1 A essência [*ousia*] e a forma [*eidos*]

Dado que a matéria e o movimento se mostram essenciais à natureza para Aristóteles, eles permanecerão eternamente em constante relação com o *movente imóvel* que a faz mover, “se algo é de fato alguma coisa que está sempre deste modo, isto é, movendo alguma coisa enquanto permanece imóvel e eterno, logo, essa primeira coisa que é movida por isso deve ser eterna também” (ARISTÓTELES, *Física*, 259b33)⁴. Isso significa que a matéria, que está sempre em movimento, permanece como *o principiado*, e o movente imóvel como *o princípio*, ora, não há princípio sem principiado e nem principiado sem o princípio, mas é o *movente imóvel* que garante o movimento, “pois ele sempre permanece no mesmo estado e permanecerá continuamente na mesma relação com o que move”⁵ (ARISTÓTELES, *Física*, 267b15).

Aristóteles afirma, assim, a eternidade da matéria e do movimento, e, conseqüentemente, seu caráter essencial e necessário. Daqui se segue que *a necessidade da privação do movimento existe* pelo seguinte fato: se não houvesse um movente imóvel, mas apenas

⁴ Tradução própria. Texto original do inglês: [Moreover, if there is in fact something that is always of this sort, namely, moving something while itself remaining immovable and eternal, then the first thing that is moved by it must be eternal as well].

⁵ Tradução própria. Texto original do inglês: [The only continuous movement, therefore, is that which the immovable mover causes. For it always remains in the same state and so will continuously stand in the same relation to what it moves].

moventes móveis, não haveria continuidade na natureza. Ou seja, *é o não-movimento que garante, paradoxalmente, o movimento contínuo.*

Vamos desenvolver um pouco mais este problema ao analisar o Livro VIII da *Física*. O ponto de partida da investigação do Estagirita, neste texto, está relacionado ao seguinte problema: “Por que alguns seres (ontōn) estão, às vezes em movimento (kinéseos), e às vezes em repouso?” (ARISTÓTELES, *Física*, 253a22)⁶. Para sua resposta, analisou-se as seguintes hipóteses, ou [1] tudo está sempre em repouso; ou [2] tudo está sempre em movimento; ou [3] algumas coisas estão em movimento e outras em repouso. Se [3], ou [3a] as coisas em movimento estão sempre em movimento e as em repouso sempre em repouso; ou [3b] todas as coisas podem estar naturalmente em movimento ou em repouso; ou [3c] é possível que alguns seres estejam sempre imóveis, outros em movimento, enquanto outros podem dividir as mesmas condições. Após a discriminação dessas possibilidades, foi afirmado pelo filósofo que [3c] é a opção que deve-se defender para a resolução do problema que foi levantado. Portanto, é admitida contra [1] e [2], que [3]: *algumas coisas estão em movimento e outras em repouso*. E contra [3a] e [3b], que [3c]: *é possível que alguns seres estejam sempre imóveis, outros em movimento, enquanto outros podem dividir as mesmas condições*.

O que nos leva a distinguir a existência de três categorias de seres, (a) aqueles que estão sempre imóveis, (b) aqueles que estão sempre em movimento, e (c) aqueles que compartilham essas duas possibilidades, isto é, que podem estar tanto em movimento quanto em repouso, o que é o caso dos seres naturais já mencionados. Aristóteles, neste livro, está defendendo a necessidade da existência de todas essas três categorias de seres para a física, e para a natureza. Portanto, a natureza não se resume aos seres naturais. Ela não pode ser pensada como o agrupamento daqueles seres que têm a capacidade de se mover. A *natureza [physis]* tem por essência o movimento, e justamente por isso que é absolutamente necessário se considerar aquilo que garante o movimento e a existência dos seres naturais: a questão é, seria isso a *essência [ousia]* ou a *forma [eidos]*?

Observe que é considerado, nesse registro ontológico, que a *essência [ousia]* dos seres naturais, ou se preferirem, a substância dos seres naturais, é composta. Isto é, os seres naturais não são apenas *forma*, ou apenas *matéria*, mas, sempre o composto “*matéria e*

⁶ Tradução própria. Texto original do inglês: [why some beings are sometimes in movement and in turn sometimes at rest].

forma”. A matéria, por sua vez, será aquilo que se move, enquanto a forma, aquilo que permanece imóvel. Isto é, entre os seres naturais, não há, nunca, forma sem matéria e nem matéria sem forma, por isso posso dizer, por exemplo, que uma criança será a mesma pessoa que o adulto que ela se tornará.

De modo geral, haveria uma sutil diferenciação entre o que é chamado *essência* e o que é *forma*, pois, observe que uma essência (ou substância⁷), pode ser pura, como no caso do *movente imóvel*, mas também pode ser uma essência composta, como na categoria dos seres naturais. Ou seja, o modo de ser não-composto é aquele que não possui matéria, pois é pura forma, e essa é sua essência.

Podemos deduzir, então, que diferente dos seres naturais, apenas no ser não-composto a *essência* se coincide com a *forma*, e, justamente por isso, é essência (substância) fixa e sem movimento. Enfim, *aquilo que garante o movimento e a existência dos seres naturais é essência em estado puro (não composto), portanto, é a forma pura.*

2.2. A necessidade da privação

No início do capítulo 10, do livro VIII da *Física*, Aristóteles nos apresenta sua tese de que o primeiro movente não tem grandeza. Seu primeiro argumento foi dado pela simples constatação de que ter grandeza é ter limite, e, uma vez que algo limitado não pode causar movimento por tempo ilimitado, logo, o primeiro movente não pode ter grandeza. Em suas palavras: “Não é possível que uma capacidade ilimitada esteja presente em uma grandeza limitada, nem que uma capacidade limitada esteja presente em uma ilimitada” (ARISTÓTELES, *Física*, 266b24). Conclui-se, portanto, que além de imóvel, o primeiro movente de tudo que se move não tem grandeza e não tem limite.

Encontramos, diante dessa análise, outras duas formas de privações para se referir ao movente imóvel, a privação de *grandeza* e de *limite*, e assim, conseqüentemente, privação de *divisibilidade*. O que significa que o *movente imóvel* é uno e sem grandeza, isto é, *indivisível* e *ilimitado*. Enfim, nos é necessário o termo privativo para se falar do primeiro

⁷ Reforço que a repetição dos dois termos, *essência* e *substância*, aqui, é proposital.

movente de tudo que se move, porque, diferente dos seres naturais, que podemos definir positivamente por serem seres limitados, este ser é *ilimitado e indivisível*.

Ou seja, para que exista o movimento contínuo dos seres naturais, é necessária a existência de um movente em que a *privação* de movimento é constante, isto é, um *movente imóvel*. Logo, se o movimento é a essência da natureza, aquilo em que o repouso é sempre *necessário* não é um ser natural, pois é algo que permanece sempre imóvel e não pode ser de outro modo. Isto é, para a categoria *movente imóvel* a *imobilidade* (privação de movimento) é absolutamente necessária. É esta conclusão do filósofo que permite a sua *metafísica* combater a teoria de que tudo está sempre em movimento.

Conclusão

Visto que aquilo que o autor chama de *movente imóvel* é o que garante o movimento contínuo da natureza, há, neste ente, *a necessidade da privação do movimento*, e negar isso implicaria negar a essência da natureza, isto é, o próprio movimento.

Segundo a *Física* de Aristóteles, a matéria - aquilo que está sempre em movimento - tem como princípio o *movente imóvel*, mas como não há princípio sem principiado e nem principiado sem princípio, isso significa que ela também permanece continuamente em relação com o movente. Aristóteles demonstraria, assim, uma eternidade necessária tanto da forma quanto da matéria e do movimento.

Em suma, deve-se considerar que ao se fazer uma filosofia natural, fala-se a partir da categoria dos seres naturais. À vista disso, este discurso parte da análise de entes essencialmente compostos (matéria e forma), que compartilham da capacidade de serem móveis e imóveis, e possuem, necessariamente, grandeza e limite. Mas, uma vez que isso se faz através de uma teoria, a descrição da natureza precisa ser feita com o rigor do princípio da não contradição. Isto é, para que o discurso seja condizente com a realidade deve-se considerar um subjacente ou uma essência ao qual lhe será atribuído predicados (acidentais ou necessários), portanto, algo que seja indivisível e que não se mova.

Enfim, deve-se considerar que as análises da *Física* são feitas a partir do discurso sobre os seres naturais, em que o movimento, a grandeza e o limite se mostram essenciais. E justamente por esse motivo, para se falar daquilo que *não* é um ente natural (a pura forma), a *privação* se faz necessária.

Referências bibliográficas

ANGIONI, Lucas. *O Léxico Filosófico de Aristóteles (III): Comentários a Metafísica V. 18-30*. Dissertatio [48], Campinas, p.295-376, 2018.

ARISTÓTELES, *Metafísica Livro V (Delta), 18-30*. Tradução: Lucas Angioni, Dissertatio [48], Campinas, p. 286-294, 2019.

ARISTÓTELES. *Physics*. Tradução: C. D. C. Reeve. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2018.

OLIVEIRA, Thiago S. F. *Introdução às noções de essência, necessidade e predicação em Aristóteles*. Fortaleza: Revista Argumentos, ano 10, n.20, p. 50-63, jul./dez, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38494>>.

PUENTE, Fernando Rey. *Por que o movimento é a essência da natureza? (Phys.III 1-3)*. Belo Horizonte, Revista Kriterion, nº 122, p. 505-519, dez./2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-512X2010000200011>>.